

Notificação de Cumprimento de Prazo para Produção de Documentos

Processo: 2023/0456 – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de €32 000

Juiz: Juiz de Instrução Criminal n.º 4 do Tribunal Judicial de Lisboa

Autor: Ministério Público – Secção de Instrução Criminal, Rua da Prata, 12 – 1150-268 Lisboa – NIF 507 123 456

Réu: João da Silva, residente em Rua da Boavista, 45 – 2.º Dto. – 1200-150 Lisboa – NIF 213 456 789

Mandatários:

Parte	Advogado / Procuradora	Nº da Ordem dos Advogados
Ministério Público	Dr. Marta Santos	OA 54321
Réu	Dr. Ana Pereira	OA 12345
Réu	Dr. Luís Carvalho	OA 67890

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

1. Objeto da Notificação

Nos termos do artigo 361.º do Código de Processo Civil, bem como do artigo 217.º do Código Penal, e em cumprimento da decisão de produção de prova eletrónica proferida por este Juízo em **sentença de instrução de 12 de janeiro de 2026**, **intima-se** o Ministério Público, representado pela sua procuradora **Dr. Marta Santos**, a apresentar, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data de receção da presente notificação, os seguintes documentos:

Nº	Descrição do Documento	Formato Requerido
1	Registos de endereços IP associados às sessões de acesso à conta bancária do réu, entre 10 e 25 de março de 2023	PDF ou CSV, com carimbo de data/hora
2	Cópias integrais dos e-mails enviados a partir do endereço eletrónico joaosilva@email.com para o endereço contato@bankxyz.pt , no período acima indicado	PDF, com cabeçalhos completos
3	Registos de logs do servidor de correio eletrónico do fornecedor MailHost S.A. , relativos às mensagens acima referidas	PDF ou TXT, autenticados

2. Fundamentação Legal

- Artigo 361.º, n.º 1 do CPC** – “O juiz pode ordenar a produção de documentos, eletrónicos ou outros meios de prova, fixando prazo para a sua entrega”.
- Artigo 217.º, n.º 1 do CP** – “É punível a prática de burla informática, incluída a obtenção ilícita de dados de acesso”. A produção dos registos de IP e das comunicações eletrónicas é imprescindível para a demonstração da autoria e da materialidade da infração.
- Artigo 54.º do CPC** – “A parte que não cumprir a ordem de produção de documentos no prazo fixado incorrerá em sanções de natureza coercitiva, sem prejuízo de eventual responsabilidade por litigância de má-fé”.

3. Prazo e Forma de Cumprimento

- **Prazo:** 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recepção da presente notificação, findo o qual o documento deverá ser entregue no **Cartório do Tribunal Judicial de Lisboa**, situado na Av. da República, 45 – 1050-167 Lisboa, ou, alternativamente, enviado por correio certificado com aviso de recepção ao mesmo endereço.
- **Forma de entrega:** Os documentos deverão ser apresentados em formato **digital**, devidamente assinados electronicamente por quem os produza, ou acompanhados de declaração de autenticidade, nos termos do artigo 28.º do CPC. Caso a entrega se faça em suporte físico (CD, DVD ou pen-drive), deverá ser acompanhada de cópia impressa dos mesmos.

4. Consequências do Não Cumprimento

1. **Sanções Coercitivas:** Nos termos do artigo 71.º do CPC, o não cumprimento do prazo poderá dar origem à imposição de multa coercitiva diária, no valor de €150,00 (cento e cinquenta euros), até à efetiva entrega dos documentos.
2. **Presunção de Veracidade:** A recusa injustificada poderá ser considerada como **presunção de veracidade dos factos alegados pela parte contrária**, nos termos do artigo 80.º do CPC.
3. **Responsabilidade por Litigância de Má-fé:** Poderá ser instaurado procedimento disciplinar contra o mandatário que, deliberadamente, não atender à ordem judicial, nos termos do artigo 85.º do CPC.

5. Observações Finais

- O Ministério Público deverá, simultaneamente, **acompanhar a entrega dos documentos** com um relatório de peritagem preliminar, indicando a integridade dos registos e a sua cadeia de custódia, nos termos do artigo 474.º do CPC.
- Caso existam **obstáculos técnicos ou legais** à entrega dos documentos (por exemplo, requisitos de confidencialidade de terceiros), o Ministério Público deverá apresentar, no mesmo prazo, **pedido de justificação** devidamente fundamentado, sob pena de se considerar a ausência como não justificada.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Dr. Marta Santos

Procuradora do Ministério Público
Ordem dos Advogados – OA 54321

Cópia para:

- Dr. Ana Pereira – Advogada de defesa (OA 12345)
 - Dr. Luís Carvalho – Advogado de defesa (OA 67890)
 - Cartório do Tribunal Judicial de Lisboa
 - Arquivo da Secção de Instrução Criminal
-

Esta notificação foi expedida em conformidade com o disposto nos artigos citados do Código de Processo Civil e do Código Penal, devendo ser cumprida integralmente sob pena das sanções previstas.